

UMA PERSPETIVA SOBRE O CONTRIBUTO DO REPOSITÓRIO PARA O ARQUIVO INSTITUCIONAL

Maria Eduarda Pereira Rodrigues

Instituto Politécnico de Castelo Branco/ESACB e ESART

erodrigues@ipcb.pt

O advento dos Repositórios Institucionais (RI) de Acesso Aberto e aceitação deste modelo de publicação pela maioria das instituições de ensino superior (IES) em Portugal, veio proporcionar a identificação, recolha, aglutinação, organização e disponibilização de massas documentais de tipologias variadas, que refletem a dinâmica de produção científica das várias IES. Não fora a criação dos RI e, certamente, muitos dos documentos produzidos nas IES seriam votados ao esquecimento, à deterioração e à destruição definitiva. Os RI constituíram assim uma oportunidade ímpar, não só de levar ao conhecimento público todo o trabalho científico realizado nas respetivas instituições ao longo dos tempos, como deram um contributo definitivo para a sua recuperação, reutilização e preservação de longo prazo.

Não é por demais afirmar que os repositórios são inclusivos e esta sua característica é modelada por várias dimensões que não se limitam ao tipo e natureza dos documentos, à área científica de maior projeção, ou a trabalhos efetuados por autores mais reputados, mas envolvem também a dimensão temporal, já que estes procuram abarcar a totalidade do conhecimento científico produzido e registado, nas respetivas IES desde a sua criação.

A organização do trabalho dos repositórios é geralmente pautada pela utilização de instrumentos de gestão organizacional e funcional que determinam a interação do repositório com a sua comunidade e vice-versa. Estes instrumentos são, em regra, as políticas de depósito de documentos no repositório, vulgarmente apelidadas de “*Políticas Mandatórias*”. Para além das *Políticas Mandatórias (PM)*, de natureza local-institucional, outros instrumentos, de âmbito nacional, foram produzidos nos últimos anos, nomeadamente o art.º 50.º do Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de Agosto, que estabelece a obrigatoriedade de depositar uma cópia das teses de doutoramento e outros documentos relativos à obtenção do grau de doutor e das dissertações de mestrado num repositório da Rede do

Repositório de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e ainda a Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cujo âmbito são todas as publicações realizadas com financiamento total ou parcial da FCT.

O presente estudo procura avaliar o contributo dos RI das IES para o arquivo institucional, tendo em conta os três instrumentos de trabalho referidos.

Para a sua realização foram seleccionados, no Portal do RCAAP, seis repositórios de IES públicas (três de universidades e três de institutos politécnicos), sendo os critérios de seleção: ter a *Política Mandatória* publicada na página do repositório e estar entre os três repositórios com maior número de documentos arquivados, para cada categoria de IES.

Foram seleccionados os seguintes RI: Repositório Aberto-Universidade do Porto, Estudo Geral-Universidade de Coimbra, RepositoriUM-Universidade do Minho, Biblioteca Digital-Instituto Politécnico de Bragança, Repositório Científico-Instituto Politécnico de Castelo Branco, Repositório Científico-Instituto Politécnico de Viseu.

A análise das PM dos RI revelou a preocupação das instituições com a abrangência e forma, isto é, todos os tipos de documentos (incluindo literatura cinzenta) e publicações de carácter científico e técnico devem ser depositadas no repositório, preferencialmente no seu formato final, bem como teses de doutoramento e dissertações de mestrado. O conteúdo quer da Política de Acesso Aberto da FCT, quer do artigo 50.º do Decreto-Lei 115/2013 de 7 de Agosto, reforçam a obrigatoriedade do depósito dos tipos de publicações a que respeitam nos repositórios da rede RCAAP, constituindo-se também como contributos ao funcionamento.

Parece assim poder-se concluir que os Repositórios institucionais podem ser contribuintes diretos do arquivo institucional, já que agregam, organizam e procuram preservar todos os *outputs* científicos das respectivas instituições na sua forma final. Fazem-no de modo transparente e observando regras internacionais de organização de dados e metadados. São interoperáveis com outros sistemas e registam preocupação com a preservação de longo prazo.

Identificaram-se, contudo, alguns problemas que poderão ser objeto de reflexão com vista à sua resolução. Entre estes problemas destacam-se as questões

relacionadas com direitos de autor que poderão impedir o depósito e a consequente preservação do *output* final, a existência de mais do que um exemplar do mesmo documento depositado no mesmo repositório ou em vários repositórios, originando redundâncias, a multiplicidade de formas do mesmo documento (*preprint*, *postprint* e outras), a qualidade do exemplar, o que coloca a questão sobre qual o documento (conteúdo/formato) a preservar enquanto parte do arquivo científico/documental da instituição.